

Águas de Portugal quer aumentar produção própria de energia elétrica

1 de Setembro, 2017

O Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE) do Grupo AdP – Águas de Portugal vai permitir ao grupo duplicar a produção de energias renováveis, reduzir significativamente os custos energéticos anuais em cinco milhões de euros e evitar a emissão para a atmosfera de cerca de 12.700 toneladas de CO₂. Este plano será suportado por um investimento de 18,1 milhões de euros da AdP, um dos cinco maiores consumidores empresariais de eletricidade nacionais.



Na sessão pública de apresentação do PEPE, João Nuno Mendes, presidente do Grupo AdP, chegou mesmo a referir que, só em 2016, a fatura energética do grupo representou 57% dos custos operacionais, o equivalente a cerca de 68 milhões de euros.

No seu conjunto, a estratégia preliminar desenhada pela AdP contempla 600 medidas, a implementar até 2020. A mesma acabou por definir três objetivos principais: reduzir os consumos em cerca de 30,4%, maximizar a produção própria de energia elétrica e melhorar as condições de aquisição.

Para corresponder a essas exigências, com a implementação do plano de gestão de energia, o grupo deverá melhorar o seu desempenho energético, aumentando em 25,6 Gigawatt-hora (GWh) a produção própria de energia elétrica com base em recursos endógenos, mais do dobro do valor atual (24,4 GWh). E, se assim for, uma parte significativa dessa produção destina-se a ser consumida nas próprias instalações do grupo, cujo consumo elétrico anual em termos globais ronda os 704 GWh, 1,4% do valor total nacional.

A AdP irá, por isso, focar-se na maximização do aproveitamento energético do biogás e da energia hídrica, que deverá atingir os 10 GWh. Sendo que, tratando-se de “uma questão chave”, como salienta João Nuno Mendes, o aproveitamento do biogás tem já um historial na AdP, que produz 21GWh em 25 ETAR's geridas por empresas do grupo.

Além disso, a AdP tem já em curso um estudo sobre o potencial de aproveitamento do solar fotovoltaico das suas mais de 300 centrais fotovoltaicas em todo o território nacional, correspondentes a uma produção

de 3,4 GWh.

Ao presidente do Grupo AdP não passa ao lado uma outra realidade, tendo sido peremptório ao afirmar que não basta “olhar apenas para o diagrama de carga de hoje”, apelando a que este estudo possa ser perspectivado para os próximos anos. “Essa é a grande oportunidade do grupo AdP”, reiterou, considerando que poderá estar aqui uma “grande capacidade de fazer autoconsumo”.

Numa primeira fase, os esforços do Comitê de Energia da AdP irão focar-se nas infraestruturas, que representam quase dois terços do consumo, substituindo os equipamentos existentes por outros mais eficientes.



Acordos com ADENE e Lisboa E-Nova

Ainda na ocasião, decorreu a assinatura dos acordos separados da AdP com a ADENE (Agência para a Energia) e a Lisboa E-Nova (Agência Municipal de Energia e Ambiente) de modo a que, entre outras ações, existam condições para ser desenvolvido o projeto piloto do modelo de certificação energética de frotas da ADENE – o Sistema de Etiquetagem Energética de Frota -, a capacitação dos recursos humanos ou a otimização de consumos.

O presidente do Conselho de Administração da ADENE, João Paulo Girbal, enalteceu “o trabalho pioneiro e de bandeira que a AdP está a fazer na área da eficiência energética”, sublinhando “a coincidência de objetivos e missão” entre as duas entidades, não só na área da eficiência energética como também, mais recentemente, na área de eficiência hídrica.

Sobre a constituição de uma bolsa interna de auditores energéticos certificados, o responsável refere que a AdP vai beneficiar de uma colaboração com a ADENE e a Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA, responsável pela definição dos conteúdos formativos, de modo a alcançar os 30 auditores pretendidos.

Por sua vez, José Martins Soares, presidente da AdP Energias, aproveitou a ocasião para referir que, a implementação do PEPE, apresentado recentemente em sessão pública, envolve cerca de 300 colaboradores das várias empresas do grupo. Com uma participação decisiva da área operacional, abrange um total de 334 infraestruturas, que representam 64% do consumo.

Na sessão, o presidente da ADP Energias, adiantou ainda que, no fim, será atribuído o Prémio PEPE. A opção é entendida por José Martins Soares como uma forma de premiar as equipas operacionais que melhores resultados venham a alcançar.



1,5 milhões do Estado para apoiar compra de

130 viaturas elétricas

O apoio do Estado aos sistemas multimunicipais e intermunicipais para a aquisição de 130 veículos elétricos vai representar uma comparticipação financeira de um milhão e meio de euros. O anúncio foi feito pelo ministro do Ambiente, João Matos Fernandes, também presente na apresentação do PEPE da AdP que, entre outras medidas, irá introduzir 100 veículos elétricos na frota do grupo.

O contributo da AdP para a implementação da Estratégia Nacional para a Mobilidade Elétrica consiste, num primeiro momento, na introdução de 130 viaturas elétricas alimentadas por energias renováveis. Abrange também a instalação de 50 postos de carregamento que, ao longo do tempo, o grupo pretende ter em diferentes pontos do país.

João Nuno Mendes, presidente do Grupo AdP, referiu-se a esta operação como “um contributo racional”. Os objetivos são, essencialmente, permitir a redução das emissões de CO₂ em 650 toneladas por ano e aproveitar a produção de energia fotovoltaica.

João Matos Fernandes gabou ainda o plano “tão adulto” da AdP, dando-lhe relevância: “Se existessem 140 consumidores iguais às Águas de Portugal a fazerem este trajeto, o nosso problema estava resolvido”. “É um contributo muito expressivo”, nota, sublinhando uma dupla relevância que advém não só do impacto real do plano como também do exemplo que transmite.

Ainda no domínio da mobilidade, o ministro do ambiente acredita que “cada vez mais a mobilidade elétrica deixará de ser um fenómeno essencialmente urbano”.

“O Armageddon pode estar à nossa frente”

O representante do Estado aproveitou a ocasião para defender que “se não fizermos nada no sentido da redução significativa dos gases que provocam o efeito de estufa é já em 2036 que o Armageddon pode estar à nossa frente”, altura em que poderemos mesmo vir a atingir dois graus acima da temperatura média do planeta. A partir daí, “a vida na terra, por razões climáticas, será muito mais difícil do que aquilo que é já hoje”, constata.

Referindo-se às hesitações do presidente dos Estados Unidos em cumprir o Acordo de Paris – que à data da sessão ainda não tinha abandonado -, o ministro disse crer que “se o senhor Trump decidir mal” há, inevitavelmente, “um prejuízo pesado”, embora otimisticamente convicto de que poderia tratar-se de um sobressalto generalizado. No máximo, “de um relaxar do compromisso

dos Estados Unidos da América”.

No mesmo contexto, o ministro registou ainda “um excepcional apreço” pela lembrança deixada a Donald Trump pelo Papa Francisco no fim da reunião entre o presidente dos Estados Unidos e o chefe da igreja católica, que lhe ofereceu uma cópia da encíclica papal, onde são abordadas as implicações das alterações climáticas. “Muito depressa, todos nos convenceremos que a economia só pode ser verde”, sublinhou, acrescentando que “é uma asneira” abandonar aqueles que são os compromissos de Paris.

**Este artigo foi publicado na Ambiente Magazine 75.*